



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

ENCONTRO COM VICE-MINISTRO DAS  
RELAÇÕES EXTERIORES DE ANGOLA,  
VENÂNCIO DA SILVA MOURA

- S.Bento: dia 7 de Novembro, das 18 às 19,15 horas.

O Vice-Ministro, que era acompanhado do Embaixador do seu país, começou por transmitir cumprimentos de "amizade e admiração" de que o Presidente Eduardo dos Santos o incumbira de apresentar, bem como a reafirmação do desejo de colaboração entre os dois países dentro do espírito de respeito mútuo que vem sendo consolidado.

Referiu seguidamente a preocupação que subsiste a nível do Estado angolano quanto à existência no território português de actividades hostis ao Governo de Angola. Embora as autoridades angolanas possam compreender que alguns casos escapem ao controle do Governo Português, a subsistência de algumas situações notórias só poderão prejudicar o desejo do Governo Angolano de implementar as decisões do Acordo de Bissau. Têm aliás notado com apreensão um certo recrudescimento daquelas actividades que só comprometem a cooperação bilateral e o esforço do Governo angolano em aprofundar os laços com Portugal.

Tanto as autoridades do Partido, como o Governo, têm procurado privilegiar em termos de opinião pública os actos de amizade entre os dois países, tendo designadamente dado grande realce à presença do P.R. no funeral do Presi





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

-2-

dente Neto, às mensagens recebidas nessa ocasião de Portugal e, em outro plano, à recusa de visto a Vaal Neto.

Porém algumas situações continuam a perturbar o desenvolvimento do relacionamento comum, apontando para tanto a presença de Chipenda em Oeiras (onde reside e de onde enviou um telex ao Governo de Angola), as actividades do grupo a este ligado e as de Norberto de Castro. Neste contexto, sublinhou que fora com grande estranheza e apreensão que o Governo de Angola havia tomado conhecimento pela imprensa de que dirigentes da Aliança Democrática haviam declarado a sua intenção de receberem Savimbi em território português. Escusado seria dizer que tal facto só poderia trazer consequências extremamente negativas para as relações entre os dois países.

A P.M. salientou a importância que o Governo dedica às relações com Angola, ao respeito mútuo que as deve inspirar e aos laços especiais e morais em que assentam.

Referiu ser preocupação do G.P. a existência do problema que o Vice-ministro acabara de referir e que não se esgota com Angola. Adiantou porém que o Ministério da Justiça está disposto a desenvolver toda a actividade judicial no sentido de actuar em casos concretos ilícitos que sejam conhecidos, pelo que a Embaixada de Angola poderia - sempre que destes tivesse conhecimento - alertar as autoridades portuguesas, designadamente aquele Ministério.







PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

-3-

Desejaria aliás aproveitar esta oportunidade para pedir que fosse transmitido ao Presidente Eduardo dos Santos quanto o G.P. lastimava algumas reacções menos correctas veiculadas pela imprensa portuguesa por ocasião da morte do Presidente Neto.

Abordou seguidamente a especificidade política do período que Portugal vive e a projecção na imprensa de determinadas posições que ainda decorrem de traumas psicológicos ou de disputas políticas.

Relativamente à imprensa estatizada estavam sendo realiza dos esforços no sentido de obter a sua isenção no tratamento das matérias que possam afectar as relações com outros países, designadamente evitando que se torne eco de actividades inte-ressadas em prejudicar aquele relacionamento.

Seguidamente destacou que apesar da preocupação do G.P. quanto a algumas situações de eventual prejuizo para as rela ções bilaterais, devia reconhecer que tanto esta fase de tran sição política, como a lentidão dos nossos mecanismos legais prejudicavam por vezes acções concretas de correcção (aliás, frequentemente, as próprias autoridades portuguesas eram vítimas de acções de injuria e calunia).

Relativamente ao caso Chipenda iria averiguar junto dos Ministérios competentes a natureza da sua presença e que tipo de actuação poderá eventualmente ser tomada.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

-4-

Quanto a Savimbi poderia garantir que este Governo não consentirá a sua entrada em Portugal. Aliás, desejaria acentuar que, para além de divergências ideológicas que possam existir entre os vários governos, na responsabilidade concreta de governação são cumpridas normas que assentam no interesse nacional e não partidário. Aliás, nos últimos anos tem sido uma constante da política externa - garantida pela acção do P.R. - a vontade de reforço das relações com os países de expressão portuguesa que certamente os governos futuros prosseguiriam.

No que diz respeito a eventuais acções de recrutamento de mercenários em Portugal está-se a proceder a uma averiguação judicial e, ao mesmo tempo, a ser considerada a hipótese legal de retirar a nacionalidade portuguesa a infractores das leis existentes neste domínio.

Seguidamente a P.M. abordou as acções de cooperação e ao desejo do G.P. em a incentivar com Angola. A recente criação de uma Direcção Geral da Cooperação no MNE será sem dúvida instrumento valioso e dinamizador. Destacava sobretudo os sectores técnicos e de ensino, referindo que neste momento o Governo promove o recenseamento de peritos e a inventariação de documentos relativos a tecnologia tropical. Julga aliás que poderá estar neste sector um importante capítulo na cooperação comum, já que é muito larga a experiência de numerosos técnicos portugueses que viveram em Angola e desejariam voltar. Trata-se de assunto para que chamava particularmente a atenção







PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

-5-

do Governo Angolano, já que a anterior presença destes técnicos em Angola certamente não iria influenciar negativamente a sua posição face ao novo Estado independente.

O Vice-ministro revelou interesse em que a inventariação aludida fosse dada a conhecer ao Governo Angolano, tanto mais que no que diz respeito a tecnologia tropical têm ido buscar técnicos ao Brasil, designadamente no sector do café.

Pela P.M. foi salientada seguidamente a situação dos detidos portugueses e a esperança do G.P. de que fosse para eles encontrada uma solução. Tratava-se de problema obviamente melindroso com reflexos fundos na opinião pública portuguesa.

Relativamente a este ponto, o Vice-ministro afirmou que o Presidente Eduardo dos Santos lhe pedira para transmitir às autoridades portuguesas que a resolução deste problema está a ser considerada. Segundo o Vice-ministro existe vontade política em o solucionar julgando que brevemente o G.P. receberá notícias positivas sobre o assunto.

Finalmente, a P.M. aludiu brevemente à próxima substituição do Embaixador português, após o termo da Comissão do Embaixador Sá Coutinho. O pedido de agreement seria feito pela forma adequada mas desejava desde já sublinhar o interesse que o Governo estava pondo na nomeação do novo representante português de modo a corresponder à importância dos laços comuns.





PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Primeiro Ministro*

-6-

O Vice-ministro declarou aproveitar a oportunidade para referir quanto o G.A. apreciara a acção do Embaixador Sá Coutinho que deixa em cada membro do Governo um amigo. Elogiou detidamente a sua acção, que destacou ter sido sempre nortea-da por uma grande compreensão da realidade angolana e pela preocupação de reforçar as relações entre os dois países. Nes-te contexto, o serviço que prestara a Portugal era de desta-car, esperando que o seu sucessor consolidasse o caminho ini-ciado.

Lisboa, 7 de Novembro de 1979

Fundação Cuidar o Futuro

